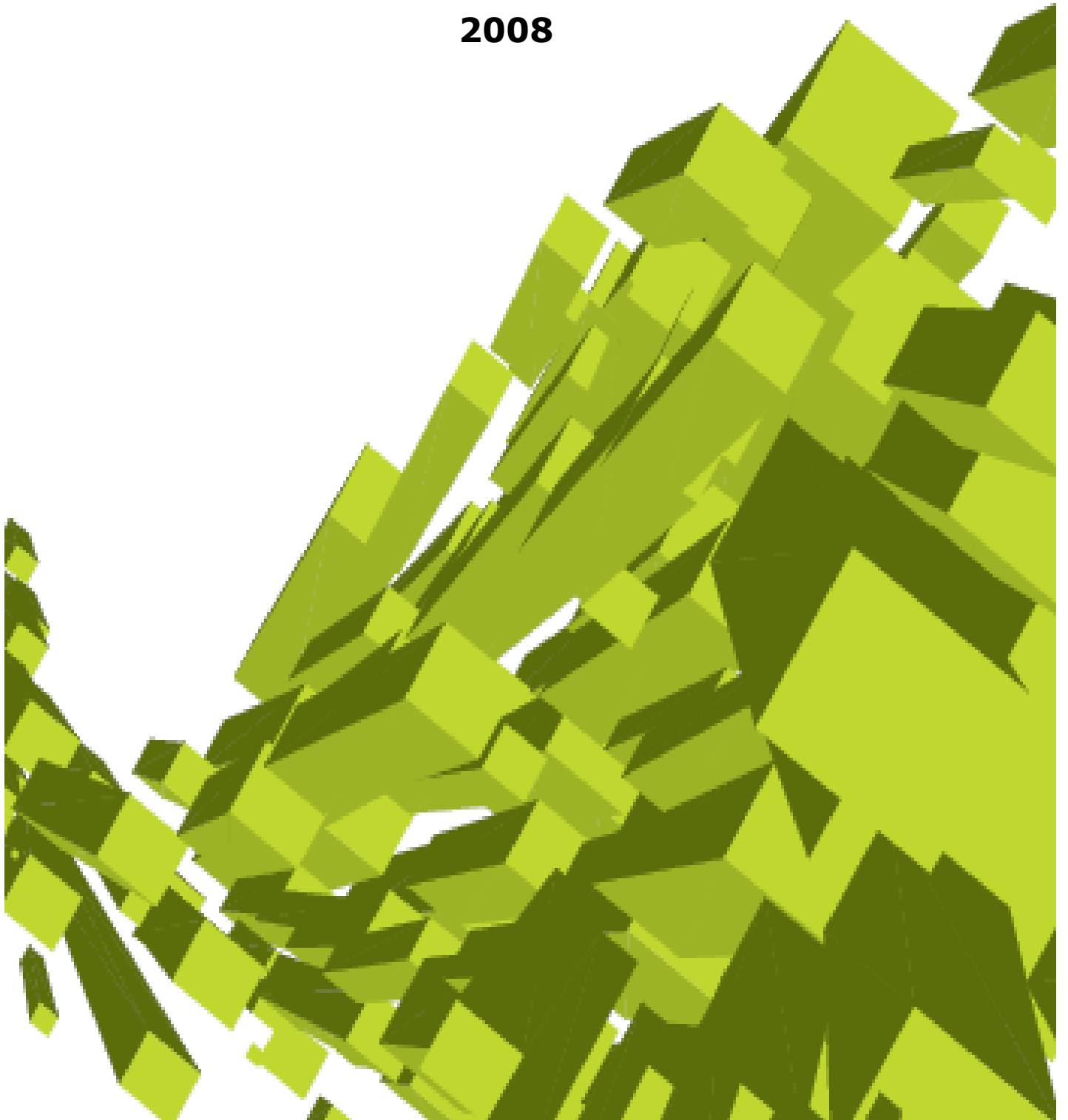


INCI

INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO
E DO IMOBILIÁRIO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2008





ÍNDICE

I. Nota Introdutória	3
II. Auto-Avaliação.....	4
A. O QUAR.....	4
B. Actividades Desenvolvidas em 2008.....	8
C. Meios Disponíveis	21
III. Análise sintética do Balanço Social	23
IV. Avaliação Final	29
A. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados	29
B. Menção do Presidente do Conselho Directivo do InCI, I.P.....	30
V. Anexo I – QUAR 2008	31
VI. Anexo II – BALANÇO SOCIAL 2008	33



I. Nota Introdutória

O Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.) é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e de património próprio que tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a actuação coordenada do Estado nos mercados regulados.

Reestruturado em 2007, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), este Instituto, anteriormente designado por IMOPPI – Instituto dos Mercados das Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, viu as suas atribuições e responsabilidades alargadas com vista a uma maior eficácia, sustentabilidade e eficiência organizativas, para melhor garantia da defesa dos consumidores e do incremento da exigência de elevados padrões de qualidade aos agentes regulados, nomeadamente, através do reforço da acção inspectiva.

Em 2008, o Instituto consolidou-se como regulador e agente mobilizador de todos os intervenientes da cadeia de valor do sector da construção e do imobiliário.

Para além das competências decorrentes da nova Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 144/2007 de 27 de Abril), novos desafios foram colocados ao Instituto, dos quais se destacam a coordenação da elaboração dos projectos de diplomas regulamentares do novo Código dos Contratos Públicos (CCP), o estudo de implementação tecnológica, desenvolvimento e gestão do Portal Único dos Contratos Públicos (www.base.gov.pt), bem como a transferência de competências da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para o InCI, I.P. decorrentes da entrada em vigor da Lei 25/2008, de 5 de Junho que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita (branqueamento de capitais) e ao financiamento do terrorismo.

No âmbito da orientação da sua actividade para o desenvolvimento e progresso sectorial, o InCI, I.P. prestou apoio ao Governo no estudo e preparação de diversos projectos de diplomas, de iniciativa de outros ministérios, com impacto no sector da construção e do imobiliário.

Por outro lado, no intuito de aumentar a eficiência e canalizar os utentes para os novos meios de comunicação electrónica foi incentivada a utilização dos serviços on-line colocados à disposição no Portal do InCI (www.inci.pt), com resultados positivos já que, em 2008, 18% das empresas solicitaram a revalidação do seu alvará pelo Portal, tendo-se verificado ainda uma diminuição de cerca de 5.000 presenças nos serviços de Atendimento do Público na sede do Instituto, o que corresponde, a um decréscimo em 22% do afluxo de utentes, face a 2007.

Por fim, foram ainda continuados os esforços no sentido de implementar o novo sistema integrado de informação, que inclui a ligação electrónica para partilha de dados com outras entidades públicas, destacando-se os avanços na negociação e validação da forma de migração de dados da Direcção-Geral de Impostos para o InCI, I.P.

II. Auto-Avaliação

A. O QUAR

Na sequência das orientações estratégicas e objectivos detalhados e quantificados nos contratos de gestão, celebrados entre o Estado e os membros do Conselho Directivo do InCI, I.P., para o triénio 2007-09, foram definidos 5 objectivos estratégicos consubstanciados em 8 objectivos operacionais quantificáveis – 1 de Eficácia; 4 de Eficiência e 3 de Qualidade.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO InCI, I.P. - 2008								
Objectivos estratégicos (OE):								
<p>OE 1 Operacionalizar o novo posicionamento estratégico, alargando as actividades de ordenamento e regulação aos vários agentes da fileira da Construção e do Imobiliário e facilitando e dinamizando as iniciativas estratégicas que permitirão assegurar a competitividade e sustentabilidade do sector;</p> <p>OE 2 Construir uma sólida base de conhecimento e de informação do sector da Construção e do Imobiliário que possa ser a base da definição e avaliação de políticas sectoriais e de estratégias de negócio;</p> <p>OE 3 Alinhar a organização e processos internos com os requisitos do novo posicionamento estratégico e com desígnios de eficácia e de eficiência;</p> <p>OE 4 Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, minimizando a dependência do Orçamento de Estado e libertando os meios de financeiros indispensáveis para cobrir os custos de funcionamento e financiar investimentos relacionados com a melhoria da eficácia no cumprimento da sua actividade;</p> <p>OE 5 Concretizar melhorias no serviço ao cliente e promover o desenvolvimento do sector.</p>								
Objectivos Operacionais Anuais	Meta 2007	Meta 2008	Resultado	Concretização			Desvios	
				Classificação				
				Superou	Atingiu	Não atingiu		
EFICÁCIA								
OB 1: Contribuir para o conhecimento dos sectores da construção e do imobiliário	N.º de relatórios publicados sobre os sectores da construção e do imobiliário	0	1	1		X	100%	0%
EFICIÊNCIA								
OB 2: Aumentar a taxa de cobertura de custos por proveitos próprios	$\frac{\text{Proveitos operacionais}}{\text{Custos operacionais}} \times 100$	104%	107%	145%	X		136%	36%
OB 3: Reduzir o custo operacional por acto regulatório	$\frac{\text{Custos Operacionais}}{\text{N.º de Actos Regulatórios (*)}}$	2.205 €	2.000 €	1.778 €	X		111%	11%
OB 4: Aumentar a produtividade	$\frac{\text{N.º de Actos Regulatórios}}{\text{N.º de Colaboradores}}$	38	45	68	X		152%	52%
OB 5: Reduzir os prazos de emissão de actos regulatórios	$\frac{\text{Somatório (Prazo médio de cada tipo acto regulatório)} \times \text{n.º actos regulatórios por tipo}}{\text{Somatório Actos regulatórios}}$	-	90 dias corridos	72 dias corridos	X		120%	20%
QUALIDADE								
OB 6: Melhorar a imagem do regulador junto dos clientes e promover a capacidade de mudança	Avaliação qualitativa com base em inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas dos sectores da construção e do imobiliário	-	3 [escala 0 a 5]				X	0%
OB 7: Promover a cultura organizacional no InCI, I.P.	Avaliação qualitativa com base em inquérito de Clima e Cultura Organizacional junto dos colaboradores do InCI, I.P.	-	3 [escala 0 a 5]				X	0%
OB 8: Garantir a qualidade da actividade fiscalizadora	$\frac{\text{DC não cont.} + \text{DC cont. (**)}}{\text{N.º total de DC}} \times 100$	-	70%	100%	X		143%	43%

(*) Actos Regulatórios = Novos Alvarás + Alvarás reclassificados + Novas Licenças de Mediação + Novas Inscrições de Angariador

DC = Decisões condenatórias

(**) DC contestadas mas não vencidas em tribunal

Objectivos de Eficácia

OBJECTIVO 1: Contribuir para o conhecimento dos sectores da construção e do imobiliário.

Justificação para desvios:

Objectivo alcançado com a elaboração do Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal – 2007.

Objectivos de Eficiência

OBJECTIVO 2: Aumentar a taxa de cobertura de custos por receitas próprias

Justificação para desvios:

Objectivo superado em 36% face à meta definida, tendo em conta a taxa de cobertura alcançada de 145% resultado de um valor de proveitos operacionais de €13.206.323 e de custos operacionais de €9.097.056.

A superação do objectivo é reforçada ainda quando comparada a taxa de cobertura de 2008 com a alcançada em 2007: 109% (proveitos operacionais de €11.898.515 e custos operacionais de €10.913.058).

A elevada margem de superação da meta do objectivo é justificada pelo aumento de 170 actos regulatórios face a 2007, que proporcionou um acréscimo de cerca de 11% nos proveitos operacionais, num valor de €1.307.808, bem como pela redução, em cerca de 17%, do valor de custos operacionais face ao mesmo período.



OBJECTIVO 3: Reduzir o custo operacional por acto regulatório.

Justificação para desvios:

Objectivo Superado dado se ter apurado um custo por acto regulatório de €1778 (€9.097.056 de custos operacionais / 5116 actos regulatórios*), o que correspondeu a um desvio positivo de 11% abaixo do limite máximo definido.

Para além do inferior valor de custos operacionais verificado, face a 2007, a melhor performance do Departamento de Qualificação (DQ), responsável pela análise dos processos e emissão dos actos regulatórios, proporcionou um aumento de 3,44% no número de actos regulatórios produzidos, permitindo a superação do objectivo definido.

* Os 5116 actos regulatórios correspondem ao somatório de 2965 novos alvarás, 1256 reclassificações de alvarás, 422 novas licenças de Mediação Imobiliária e 473 inscrições na actividade de Angariação Imobiliária.

OBJECTIVO 4: Aumentar a produtividade

Justificação para desvios:

Objectivo superado dado se ter alcançado um rácio de 68 actos regulatórios por colaborador, valor superior em 52% ao referenciado como meta.

Este rácio foi calculado tendo em conta os seguintes pressupostos:

- A referência acolhida de actos regulatórios no Contrato de Gestão engloba apenas uma parte do trabalho desenvolvido na regulação dos sectores (emissão de novos alvarás, alvarás reclassificados, novas licenças de mediação imobiliária e novas inscrições de angariador imobiliária), não abrangendo a emissão de títulos habilitantes correspondentes aos procedimentos de revalidação das licenças de mediação imobiliária (903 em 2008), concessão, revalidação e modificação de títulos de registo (7856 em 2008) e revalidação de alvarás (21554 revalidações em 2008). Para além de ser apenas considerada a emissão de alguns títulos habilitantes, fica ainda excluída a contabilização de toda a tramitação de pedidos que foram indeferidos e que consubstanciam uma parte relevante do trabalho da regulação;
- Dos 131 colaboradores do Instituto apenas 75 estão afectos à Direcção de Regulação.

Desta forma e tendo em conta que não é considerado todo o trabalho desenvolvido em termos de qualificação de empresas considera-se que será adequado relativizar também o número de colaboradores, considerando apenas os 75 colaboradores afectos à Direcção de Regulação, unidade orgânica responsável pela regulação dos sectores da Construção e do Imobiliário, inclusive a emissão dos actos regulatórios.



OBJECTIVO 5: Reduzir os prazos de emissão de actos regulatórios

Justificação para desvios:

O objectivo foi superado dado se ter apurado um prazo médio de 72 dias corridos, resultado 20% inferior aos 90 dias definidos como prazo máximo.

Este desvio é justificado pela melhoria de performance da actividade de qualificação das empresas, conseguida através da racionalização dos processos internos e adopção de medidas de simplificação nos procedimentos inerentes à emissão de novos alvarás, alvarás reclassificados, novas licenças de mediação imobiliária e novas inscrições de angariador imobiliária, implementada no final de 2007 e início de 2008.

Objectivos de Qualidade

OBJECTIVO 6: Melhorar a imagem do regulador junto dos clientes e promover a capacidade de mudança

Justificação para desvios:

Não obstante de não ter sido realizado o inquérito junto dos agentes do sector, dadas as vicissitudes verificadas aquando da aprovação do modelo de inquérito proposto, foram desenvolvidas outras actividades que visaram a melhoria da imagem do regulador junto dos clientes, nomeadamente, a realização de 6 seminários para a divulgação dos regimes jurídicos das actividades de construção, mediação imobiliária e angariação imobiliária, a organização de 24 sessões de divulgação do Código dos Contratos Públicos, a criação da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção e a participação do InCI, I.P., com qualidade reconhecida, num evento, promovido pela Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS), sobre a divulgação do sistema português de regulação do sector da construção.

Prevê-se, no entanto, a realização do referido inquérito no decorrer do primeiro semestre de 2009.



OBJECTIVO 7: Promover a cultura organizacional no InCI, I.P.

Justificação para desvios:

Tal como referido na justificação anterior, também não foi realizado o inquérito previsto junto dos colaboradores do InCI, I.P. dadas as vicissitudes verificadas aquando da aprovação do modelo de inquérito proposto. No entanto, as dificuldades encontradas na formulação do inquérito foram agora ultrapassadas com o exemplo de questionário sugerido pelo GPERI, não tendo a possibilidade proposta por aquele Gabinete sido seguida dado já se encontrar formalizada, por contrato escrito, a realização dos inquéritos, no decorrer do primeiro semestre de 2009, por uma empresa especializada em análises e estudos de mercado. Ainda assim, no decorrer de 2008, foi promovido o espírito de coesão de grupo através da cedência de espaços para a realização de actividades lúdicas e desportivas promovidas pelo Grupo Desportivo do InCI, I.P..



OBJECTIVO 8: Garantir a qualidade da actividade fiscalizadora

Justificação para desvios:

Objectivo superado. Em 2008, foram aplicadas 50 decisões condenatórias, das quais apenas 8 foram contestadas. Relativamente às decisões contestadas, conhece-se, à data, apenas a decisão de tribunal relativamente a 2 delas, tendo estas sido favoráveis ao InCI.

B. Actividades Desenvolvidas em 2008

As orientações estratégicas e objectivos detalhados e quantificados nos contratos de gestão, celebrados entre o Estado e os membros do Conselho Directivo do InCI, I.P., para o triénio 2007-09, deram origem à definição dos seguintes objectivos e actividades a desenvolver em 2008:

Objectivos Operacionais	
Objectivo 1	Contribuir para o conhecimento do sector
Objectivo 2	Aumentar a taxa de cobertura de custos por proveitos próprios
Objectivo 3	Reduzir o custo operacional por acto regulatório
Objectivo 4	Aumentar a produtividade
Objectivo 5	Reduzir os prazos de emissão de actos regulatórios
Objectivo 6	Melhorar a imagem do regulador junto dos clientes e promover a capacidade de mudança
Objectivo 7	Promover a cultura organizacional
Objectivo 8	Garantir a qualidade da actividade fiscalizadora
Actividades	
Actividade 1	Reduzir custos
Actividade 2	Efectuar uma gestão orçamental adequada
Actividade 3	Racionalizar processos internos
Actividade 4	Desenvolver um modelo de gestão estratégica de RH
Actividade 5	Promover o espírito de coesão de grupo e uma maior identificação dos RH com a cultura e a missão do Instituto
Actividade 6	Proceder à informatização global e integrada do InCI, I.P.
Actividade 7	Desenvolver o sistema de avaliação de desempenho
Actividade 8	Sensibilizar os consumidores para a necessidade de maior exigência com a qualidade dos serviços prestados pelas empresas do sector
Actividade 9	Analisar as actividades do sector regulado
Actividade 10	Adequar os processos internos, por forma a promover uma maior eficiência, eficácia e qualidade da actividade fiscalizadora
Actividade 11	Promover a resolução extrajudicial dos conflitos do sector
Actividade 12	Mobilizar os agentes económicos tendo em vista a melhoria do seu desempenho
Actividade 13	Elaborar projectos de legislação do sector
Actividade 14	Desenvolver um sistema de controlo de gestão e do desempenho do Instituto

Estes objectivos definiram as linhas de acção consolidadas nas actividades a desenvolver pelas unidades orgânicas, isoladamente ou em conjunto, referidas no Plano de Actividades.

No cômputo geral, as actividades previstas foram concluídas durante o período em análise, tendo-se verificado ainda o desenvolvimento de outras não previstas no referido plano.



Assim, apresenta-se, de seguida, informação sobre:

- Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das actividades previstas no Plano de Actividades;
- Outras actividades relevantes realizadas durante o ano em análise, embora não previstas no plano.

Em ambos os grupos são identificados os resultados alcançados, os objectivos para os quais contribuíram, conforme numeração atrás apresentada, bem como as unidades orgânicas envolvidas, identificando-se, desde já, a respectiva legenda:

- CD – Conselho Directivo;

Apoio Estratégico:

- GCGD – Gabinete de Controlo de Gestão e Desempenho;
- GJ – Gabinete Jurídico;
- GSI – Gabinete de Sistemas de Informação;

Funções de Suporte:

- DAFRH – Direcção Administrativa Financeira e de Recursos Humanos;

Funções Nucleares:

- DCIE – Direcção de Coordenação e Iniciativas Estratégicas;
- DAM – Direcção de Análise de Mercados;
- DR – Direcção de Regulação, que tem na sua dependência directa os departamentos de Qualificação (DQ), Inspeção (DINSP) e Sancionamento (DS), pelo que os resultados alcançados por esta direcção têm subjacentes, também, as actividades desenvolvidas por estas três unidades orgânicas.

É ainda identificado o CCA – Conselho Coordenador de Avaliação, constituído com o objectivo de coordenar a implementação do SIADAP, sendo o mesmo presidido pelo dirigente máximo do Instituto, que designou a integração, neste Conselho, dos dirigentes de 5 unidades orgânicas: GCGD, GJ, DAFRH, DCIE e DR.

Por fim, são ainda identificadas as acções previstas no Plano de Actividades para 2008, mas que, por razões devidamente justificadas, não foram concretizadas.

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos												
			1	2	3	4	5	6	7	8					
Reduzir custos															
<ul style="list-style-type: none"> Entrega na hora de 4273 guias de pagamento relativas à emissão de Títulos de Registo, cerca de 54% do total de títulos emitidos em 2008, dispensando o envio das mesmas por correio postal registado; Implementação de mecanismo informático para envio por correio electrónico dos dados necessários para o pagamento de taxa inicial, em substituição do anterior envio por fax ou correio postal; Disponibilização de dispositivos para reciclagem de materiais. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição para a diminuição de custos com os Fornecimentos e Serviços externos em €349.057 face a 2007 (-10%), destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos custos com expediente em €23.664, face a 2007 (-11,4%); Diminuição dos custos com material de escritório em €61.650, face a 2007 (-51%). 	DR/DQ GSI DAFRH		x	x										
Efectuar uma gestão orçamental adequada															
<ul style="list-style-type: none"> Controlo mensal através do apuramento informático de mapas de execução orçamental; Alterações orçamentais, efectuadas no âmbito da gestão flexível, com vista à adequação das dotações orçamentais aos compromissos, tendo em conta as limitações decorrentes da aplicação do DL nº 41/2008, de 10 de Março, Decreto de execução orçamental de 2008. 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento integral dos compromissos assumidos e autorizados superiormente durante a gerência de 2008. 	DAFRH		x	x										
Racionalizar processos internos															
<ul style="list-style-type: none"> Atribuição da função de análise do cumprimento de todos os requisitos (incluindo a capacidade profissional) ao instrutor do processo de pedidos de licenciamento da actividade de mediação imobiliária, permitindo a agilização da sua tramitação; Autonomização e automatização de tarefas informáticas, inerentes aos processos de licenciamento da actividade imobiliária, no respectivo Departamento de Qualificação, dispensando a afectação de recursos do Gabinete de Sistemas de Informação; Implementação de mecanismo informático para apuramento mensal de indicadores relativamente a prazos médios dos processos no que respeita aos pedidos no âmbito do ciclo de vida dos Títulos Habilitantes; Análise e desenho funcional com racionalização dos processos abrangidos no projecto de informatização global e integrada, com especial destaque para os processos das áreas da Direcção de Regulação, incluindo ainda a gestão documental, área administrativa e financeira, recursos humanos com controlo e gestão da assiduidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição, face a 2007, do prazo médio de emissão de guia de licença de mediação imobiliária para 39 dias (-15%); Apuramento mensal de indicadores relativamente a prazos médios dos processos no que respeita aos pedidos no âmbito do ciclo de vida dos Títulos Habilitantes, anteriormente calculados com grande complexidade de procedimento manual; Elaboração de documentos com a análise e desenho funcional dos processos abrangidos no projecto de informatização global e integrada, desenvolvido e parcialmente concretizado pela empresa seleccionada e à qual foi adjudicada a implementação do projecto em causa, e que inclui: <ul style="list-style-type: none"> Portal Internet; Portal Intranet; Sistema de Gestão Documental; Enterprise Resource Planning (ERP), onde está incluída uma ferramenta para controlo e gestão da assiduidade dos colaboradores do InCI, I.P.. 	GSI DR DQ DINSP DS		x	x	x	x	x	x	x	x				

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Racionalizar processos internos (cont.)										
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um sistema para gestão e controlo das Informações efectuadas ao Conselho Directivo; • Criação e implementação do uso do Livro de Protocolo para controlo do circuito dos documentos elaborados ou confiados à DAFRH. 	<ul style="list-style-type: none"> • Numeração única, disponibilização e arquivo digital das informações efectuadas ao Conselho Directivo; • Maior eficiência na localização dos processos, garantias bancárias e outra documentação. 	DAFRH	x	x	x	x	x	x	x	x
Desenvolver um modelo de gestão estratégica de RH										
<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos procedimentos inerentes à realização das acções de formação autorizadas; • Levantamento das necessidades de formação para 2009; • Levantamento de dados e circuitos inerentes aos procedimentos efectuados na área dos Recursos Humanos, com propostas de alteração e melhoria com vista à implementação do novo sistema de informação que contempla um módulo específico para esta área; • Elaboração de uma proposta de questionário para a realização de um inquérito de opinião aos colaboradores do InCI, I.P. com vista ao diagnóstico do clima organizacional do Instituto; • Assinatura do contrato de prestação de serviços com a empresa de análise e estudos de mercado responsável pela elaboração do referido inquérito de opinião (empresa vencedora do Procedimento por Negociação sem publicação prévia de Anúncio n.º 7/2007, realizado no final de 2007). 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de 13 Acções de Formação (10 externas e 3 internas) com a participação de 49 colaboradores do InCI, I.P., num total de 921 horas, destacando-se como principais temas: <ul style="list-style-type: none"> • SIADAP; • Código dos Contratos Públicos; • Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações; • Processo Contraordenacional; • Prevê-se a divulgação dos resultados do inquérito de opinião aos colaboradores do InCI, I.P. no decorrer do primeiro semestre de 2009. A realização do mesmo não foi efectuada, em 2008, dadas as vicissitudes verificadas aquando da aprovação do modelo de questionário proposto, agora ultrapassadas com o exemplo de questionário sugerido pelo GPERI. No entanto, não foi seguida a possibilidade proposta por aquele Gabinete dado já se encontrar formalizada por contrato escrito a realização dos inquéritos por uma empresa especializada em análises e estudos de mercado. 	DAFRH				x	x		x	
		GCGD								
Promover o espírito de coesão de grupo e uma maior identificação dos RH com a cultura e a missão do Instituto										
<ul style="list-style-type: none"> • Cedência de espaços para a realização de actividades lúdicas e desportivas promovidas pelo Grupo Desportivo do InCI, I.P. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas de Pilates; • Aulas de Danças de Salão; • Aulas de Pintura. 	CD								x

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Proceder à informatização global e integrada do InCI, I.P.										
<ul style="list-style-type: none"> Colaboração no desenvolvimento de ferramentas para fornecimento de informação para apoio à decisão; Definição da arquitectura organizacional do sistema de informação do InCI, I.P.; Gestão de meios e recursos; Avaliação do impacto dos investimentos em SI/TIC: ênfase nas aplicações e tecnologia; Definição de necessidades e prioridades, baseada no negócio e orientada para o suporte à actividade do InCI, IP; Colaboração e participação no trabalho de análise e desenho funcional dos processos abrangidos no projecto de informatização global e integrada, desenvolvido e parcialmente concretizado pela empresa seleccionada e à qual foi adjudicada a implementação do projecto em causa, e que inclui: Portal Intranet, Portal Internet e ERP. Para além dos desenvolvimentos tendentes à implementação do sistema de informação foi feito todo um trabalho de: optimização do funcionamento das aplicações e disponibilização de ferramentas; acompanhamento sistemático da manutenção das aplicações, correcção de erros, especialmente no que respeita à aplicação para a área da Construção (DQ), e criação de regras e de mecanismos de monitorização da qualidade dos serviços externos prestados na área dos Sistemas de Informação; e colaboração nas tarefas associadas à função de help-desk (apoio ao utilizador e aplicações). 	<ul style="list-style-type: none"> Documento de análise com desenho funcional dos processos abrangidos no projecto de informatização global e integrada, desenvolvido e parcialmente concretizado pela empresa seleccionada e à qual foi adjudicada a implementação do projecto em causa, e que inclui: Portal Intranet, Portal Internet e ERP; Implementação de uma solução provisória para o Portal Internet do InCI, I.P.; Arquitectura organizacional do sistema de informação do InCI, I.P. 	GSI		x	x	x	x			x
Desenvolver o sistema de avaliação de desempenho										
<ul style="list-style-type: none"> Apreciação e aprovação da composição do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) do InCI, I.P.; Discussão e aprovação do Regulamento de funcionamento do CCA; Discussão e aprovação de orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos; Escolha das oito competências comportamentais para cada um dos grupos profissionais, base para negociação e fixação, entre avaliador e avaliado, das cinco competências comportamentais; Definição dos critérios de ponderação curricular, para cada um dos grupos profissionais, nos termos previstos no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28-12 (SIADAP), para efeitos do disposto no artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27-2 (LVCR); Início do Processo de Avaliação por ponderação curricular do período 2004/2007 (artigo 113.º da LVCR); Início dos procedimentos para a constituição da Comissão Paritária. 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) do InCI, I.P.; Elaboração do Regulamento de funcionamento do CCA; Processo de Avaliação por ponderação curricular do período 2004/2007 (art.º 113.º da LVCR). 	CCA								x

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos								
			1	2	3	4	5	6	7	8	
Sensibilizar os consumidores para a necessidade de maior exigência com a qualidade dos serviços prestados pelas empresas do sector											
<ul style="list-style-type: none"> Definição de uma área destinada às iniciativas estratégicas, legislação, informações de carácter geral e notícias dos sectores regulados pelo InCI, no portal www.inci.pt, em contínua actualização face à natureza dinâmica e evolutiva que lhe é inerente e ao esforço acrescido no sentido de melhorar esta área de informação privilegiada do InCI, I.P.; Participação no Inquérito da Direcção Geral do Consumidor, subordinado ao tema "Os interesses dos Consumidores na actuação dos Reguladores" cujo objectivo visou aferir em que medida as questões e interesses dos consumidores estão no centro da regulação em Portugal. 	<ul style="list-style-type: none"> Maior esclarecimento dos consumidores repercutido no aumento de 48%, face a 2007, de queixas/denúncias de alegados ilícitos praticados pelos agentes do sector, num total de 1372 registos. 	DCIE DR/DQ DR/DINSP	x						x		
Analisar as actividades do sector regulado											
<ul style="list-style-type: none"> Definição de indicadores para a análise do sector, bem como avaliação da performance das empresas; Recolha de informação por diversos organismos, nomeadamente INE, BP, Associações do sector, DGT, Bolin, Donos de Obra Pública entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> Cálculo e publicitação dos Índices da Revisão de Preços das Empreitadas de Obras Públicas; Envio do relatório estatístico à Comissão Europeia sobre as adjudicações de empreitadas de obras públicas referentes a 2007; Elaboração do Relatório de Análise Sectorial da Construção 2007. 	DAM	x						x		
Adequar os processos internos, por forma a promover uma maior eficiência, eficácia e qualidade da actividade fiscalizadora											
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do balanço de actividade do ano anterior e da proposta de planeamento para o ano seguinte; Definição do calendário anual das acções de inspecção; Criação de mecanismos de articulação eficiente entre a actividade inspectiva e sancionatória: <ul style="list-style-type: none"> Elaboração e implementação de modelos para proposta e fundamentação de acção de inspecção, através de formulários normalizados; Redefinição e partilha das bases de dados relativas às acções inspectivas realizadas e planeadas; Elaboração e implementação do Guia de Acções de Inspecção no âmbito de processos de Reavaliação de Empresas e realização das primeiras acções neste âmbito; Adopção do processo de inquérito como processo estruturante, donde derivam os processos de contra-ordenação e o procedimento de registo (previsto no art.º 23 do DL 12//2004, de 09.01), visando uma maior celeridade na apreciação das queixas, denúncias e participações; Alteração do modelo de distribuição de processos: todos os instrutores analisam e podem instruir processos de inquérito. Caso se conclua pela instauração de processo de contra-ordenação, o processo é instruído pelo Técnico que procedeu ao inquérito, tornando a instrução do processo mais célere porquanto o instrutor já conhece as diligências efectuadas durante a investigação dos factos denunciados. 	<ul style="list-style-type: none"> 583 acções de inspecção planeadas e realizadas; 2351 empresas inspeccionadas; 76 Concelhos e 13 Distritos abrangidos; 816 infracções detectadas; 48 processos de contra-ordenação instaurados no terreno; 315 autuações no terreno; 586 processos sancionatórios iniciados; 195 processos sancionatórios concluídos; 50 decisões condenatórias; Aplicação de coimas no valor de €135.500. 	DR/DINSP DR/DS									x

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Mobilizar os agentes económicos tendo em vista a melhoria do seu desempenho										
<ul style="list-style-type: none"> Participação em 6 seminários para divulgação dos regimes jurídicos das actividades de construção, mediação e angariação imobiliária: <ul style="list-style-type: none"> "Acesso e Permanência na Actividade da Construção" - Pedrógão Grande (Fevereiro 2008); "InCI, I.P. - Regular as actividades da Construção e do Imobiliário" - Ponta Delgada, Horta, Angra do Heroísmo - Açores (Abril 2008); "Perspectiva geral da regulamentação imobiliária" - Vila Franca do Campo, Açores (Junho 2008); "Perspectiva geral da regulamentação imobiliária" - Tavira (Setembro 2008); Participação do InCI, I.P. num evento, promovido pela AECOPS, sobre a divulgação do sistema português de regulação do sector da construção; Divulgação no portal do InCI, I.P. de todos os procedimentos inerentes à revalidação dos alvarás para 2009 (prazos, documentos a apresentar e formas de apresentação, ofícios-circular, audiência de interessados); Realização de 24 sessões de divulgação do Código dos Contratos Públicos, organizadas pela DCIE em colaboração com o Gabinete Jurídico e integradas num plano de acção para a informação e mobilização dos agentes do sector para o novo regime da contratação pública, bem como para os efeitos do mesmo no comportamento, organização e práticas das entidades adjudicantes e do sector da construção e do imobiliário; Criação da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção, numa apresentação pública realizada no Mosteiro da Batalha, em 11 de Fevereiro, tendo este evento sido sucedido de sessões, de âmbito restrito, com um conjunto de empresas de construção e de materiais de construção que evidenciam um perfil enquadrável nos objectivos desta plataforma, ou seja, com capacidade e vontade de premiar a área de investigação e desenvolvimento; Proposta do InCI à Fundação Bissaya Barreto (FBB) de um plano de actuação alargado, de promoção do conhecimento e da competitividade dos agentes do sector, visando o incremento do nível formativo dos profissionais que actuam no mercado do imobiliário, a credibilização do sistema legal de qualificação de empresas, na medida em que se tende a atingir os fins preconizados pelo legislador com a exigência de capacidade profissional, nas vertentes da formação inicial e contínua e a criação de condições que permitam ao InCI, I.P., autorizar outras entidades a proceder à organização e realização dos exames de capacidade profissional necessários ao acesso e manutenção nas actividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária. 	<ul style="list-style-type: none"> Maior envolvimento e esclarecimento por parte das empresas, tendo-se verificado, nos seminários realizados, a assistência de cerca de 400 interessados. Redução de 22% no número de utentes que recorreram aos serviços de Atendimento do Público na Sede do InCI, I.P., face a 2007, num total de cerca de 18.000; Cerca de 18% dos pedidos de revalidação do alvará para 2009 foram efectuados online; Apresentação do Código dos Contratos Públicos (em 30 de Janeiro); "Road-Show do CCP" (sessões realizadas em Março e Abril, para entidades adjudicantes, em todos os distritos do país e regiões autónomas, com um total de 1370 participantes); Ciclo de seminários, realizados para empresas de construção e quadros técnicos, na região norte e centro do país (Guarda, Coimbra, Braga, Vila Real e Porto, com um total de 1080 participantes); Não se verificaram ainda resultados decorrentes desta actividade uma vez que ainda se encontra em curso o desencadeamento das acções necessárias à formalização da PTPC, que se fará através da constituição da associação denominada "PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção - Associação para o Desenvolvimento e Inovação no Sector da Construção e do Imobiliário", à qual caberá a divulgação e a reflexão sobre o sector da construção e do imobiliário e o estabelecimento de uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento sustentável da indústria da construção e, em particular, do fomento de actividades de investigação, desenvolvimento e inovação no sector; Não se verificaram ainda resultados decorrentes desta actividade dado este projecto carecer de uma maior articulação com a Fundação Bissaya Barreto para poder ser efectivamente implementado. Tal não veio a suceder, no decurso do ano de 2008, em virtude da gestão das prioridades de agenda de ambas as instituições. 	DCIE DR/DQ DR/DINSP								
		DR/DQ GSI								
		DCIE GJ DR	x						x	
		DCIE								

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Elaborar projectos de legislação do sector										
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de projectos de diploma; Gestão da elaboração dos projectos de diplomas regulamentares do CCP, incluindo o tratamento das formalidades necessárias à contratação dos serviços jurídicos necessários para o efeito, acompanhamento do trabalho desenvolvido e apreciação crítica dos projectos finais; 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da elaboração de legislação para a regulação da qualificação dos técnicos habilitados para a elaboração de projecto, de fiscalização de obra e de direcção de obra (proposta de lei nº 116/X, DAR II-A, de 24.02.2007), incluindo a participação em reuniões em sede do MOPTC, visando debater sobre esta matéria e as opções legislativas a adoptar, bem como proceder à audição de interessados em reunião alargada – nomeadamente, Ordem dos Arquitectos e Ordem dos Engenheiros, quanto às normas constantes do projecto; Projecto de diploma de portaria que aprova o novo modelo do "livro de obra", visando regulamentar o disposto no art. 97º do Novo RJUE; Projectos de diplomas regulamentares da nova lei orgânica do Instituto: <ul style="list-style-type: none"> Projecto de Despacho MOPTC a designar os membros do Conselho Consultivo, que no mesmo não têm assento por inerência, em execução do disposto no nº 5 do artº 6º; Projecto de Portaria MOPTC a fixar a composição da CCEC - Comissão de Classificação de Empresas de Construção e da CIFE - Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas, em execução do disposto no nº 3 do artº 8º; Projecto de Despacho MOPTC a designar os membros da CCEC e da CIFE, em execução do disposto no nº 4 do artº 8º; Projecto de Despacho MAFinanças/MOPTC a fixar os valores das senhas de presença; Decreto-Lei n.º 143 A/2008, de 25 Julho; Portarias Nº 701- de A a J / 2008, 29 de Julho; Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro. 	GJ	x						x	

Acções realizadas em 2008 com vista à concretização das Actividades previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Desenvolver um sistema de controlo de gestão e do desempenho do Instituto										
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um total de 178 indicadores de gestão e de desempenho relativos às áreas da Qualificação (40), Inspeção (61), Sancionamento (35), Financeira (32) e Recursos Humanos (10); • Definição modelos de reporting: <ul style="list-style-type: none"> • <u>Criação de fichas Excel colocadas em pastas de partilha que são actualizados por cada responsável da respectiva unidade orgânica:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Orçamento mensal da actividade da Direcção de Regulação (actualização anual); - Mapa de Controlo de Gestão da Direcção de Regulação (actualização mensal); - Ficha de acompanhamento de projecto (mensal); - Mapa de Ilícitos e Motivos de Inspeção (actualização mensal); - Orçamento mensal Financeiro e Recursos Humanos (actualização anual); - Mapa de Controlo Financeiro (actualização mensal); • <u>Documentos disponibilizados mensalmente para controlo:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Mapa de contabilidade analítica; - Mapa de efectivos; - Mapa de movimentação de pessoal; - Mapa de trabalho suplementar; - Mapa de absentismo; • Elaboração de uma proposta de questionário para a realização de um inquérito de opinião aos agentes do sector da Construção e do Imobiliário com vista à análise da imagem do Instituto e da sua capacidade de mudança no sector; • Assinatura do contrato de prestação de serviços com a empresa de análise e estudos de mercado responsável pela elaboração do referido inquérito de opinião (empresa vencedora do Procedimento por Negociação sem publicação prévia de Anúncio n.º 7/2007, realizado no final de 2007). 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de 10 Relatórios de Controlo de Gestão Interno: <ul style="list-style-type: none"> • 7 Relatórios Mensais (Dezembro 2007, Abril 2008, Maio 2008, Julho 2008, Agosto 2008, Outubro 2008, Novembro 2008); • 3 Relatórios Trimestrais (1.º, 2.º e 3.º Trimestres de 2008); • Elaboração de 12 Relatórios de reporte à Tutela: Dez. 2007, Janeiro a Novembro 2008; • Elaboração do Relatório e Contas 2007; • Prevê-se a divulgação dos resultados do inquérito de opinião aos Agentes do Sector no decorrer do primeiro semestre de 2009. A realização do mesmo não foi efectuada, em 2008, dadas as vicissitudes verificadas aquando da aprovação do modelo de questionário proposto. 	GCGD					x	x	x	x

Actividades realizadas em 2008 mas não previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Implementação do novo regime jurídico de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo - Lei 25/2008, 05.06										
<ul style="list-style-type: none"> Celebração de protocolo com a ASAE para transferência do acervo histórico, dados e documentação daquela Autoridade para o InCI, I.P., relativa aos agentes cuja regulamentação e fiscalização passou para a esfera do Instituto; Implementação de uma Base de Dados relativa às comunicações obrigatórias, através da aquisição, adaptação e desenvolvimento de um segmento da base de dados da ASAE; Elaboração do Regulamento que aprova os modelos e procedimentos relativos às obrigações de comunicação; Criação no Portal de uma área dedicada às competências previstas na Lei 25/2008, 05.06, onde foi criada uma área informativa dirigida aos agentes económicos abrangidos, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> Modelos em versão PDF e em versão formulário para cumprimento dos deveres de comunicação previstos nas alíneas a) e b) do art. 34º; Endereço electrónico (com link na área do portal) para envio das comunicações obrigatórias. 	<ul style="list-style-type: none"> Registo e tratamento dos dados recebidos através das comunicações obrigatórias, visando-se a preparação e apresentação do relatório para o Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI); Recepção de cerca de 30.000 declarações, de entre, comunicações de início de actividade e transacções imobiliárias, desde Julho a Dezembro 2008. 	DR/DINSP GSI	x					x		x
Implementar os Portal Único dos Contratos Públicos, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos e Portarias Regulamentares										
<ul style="list-style-type: none"> Identificação das necessidades de desenvolvimento e de reformulação da infra-estrutura tecnológica no âmbito das novas competências do InCI, I.P.; Lançamento do Portal Único dos Contratos Públicos (PUCP), em 30 de Julho de 2008 (www.base.gov.pt); Integração no PUCP de informação sobre o regime da contratação pública, bem como de um conjunto mínimo de serviços, identificados como prioritários e obrigatórios, desenvolvidos com recurso a soluções provisórias, integradas num plano de "contingência", tendo em conta o curto prazo disponível para o respectivo desenvolvimento, suportado pelo GSI; Constituição, em finais de Outubro, de uma nova equipa de trabalho, liderada pela Directora da DCIE, para o desenvolvimento e conclusão do projecto, com enfoque: <ul style="list-style-type: none"> na publicitação de contratos celebrados na sequência de ajuste directo; na gestão dos conteúdos e das comunicações veiculadas para o PUCP; no desenvolvimento dos serviços e funcionalidades do PUCP (prevê-se a sua implementação em 2009). 	<ul style="list-style-type: none"> Publicitação no Portal Único dos Contratos Públicos de 15.000 contratos celebrados na sequência de ajuste directo; Gestão dos conteúdos e das comunicações veiculadas para o PUCP. 	GSI DCIE	x					x		

Actividades realizadas em 2008 mas não previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Coordenação e acompanhamento da conclusão dos processos de tentativas de conciliação previstos do Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas										
<ul style="list-style-type: none"> Análise de processos de Tentativa de Conciliação, com verificação da legalidade prévia à respectiva submissão a homologação ministerial e antes de serem arquivados por decisão do Presidente do Conselho Directivo do InCI, I.P. 	<ul style="list-style-type: none"> 161 processos de Tentativa de Conciliação analisados. 	GJ							X	
Gestão do contencioso do Instituto										
<ul style="list-style-type: none"> Apreciações jurídicas, propostas de decisão, patrocínio judiciário, elaboração de participações e de respostas à Comissão Europeia; 	<ul style="list-style-type: none"> Apreciações jurídicas e propostas de decisão relativas a cerca de 60 reclamações apresentadas de decisões proferidas em processos de qualificação para o exercício das actividades reguladas pelo Instituto; Patrocínio Judiciário nos Processos de Contencioso Administrativo; Elaboração de 8 participações ao DIAP por conhecimento de indícios de prática de crimes ; Elaboração de resposta em sede da "Infracção n.º 2005/4472 - Restrições ao exercício da actividade de agente imobiliário", ao "Parecer Fundamentado devido às disposições do Decreto-Lei 211/2004, de 21.08 (exercício das actividades de mediação imobiliário e de angariação imobiliária em Portugal)" emitido pela Comissão Europeia, respeitante ao regime previsto no Dec.-Lei 211/2004, de 20.08; Elaboração de contestação para apresentação pela República Portuguesa no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, na acção por incumprimento, processo C- 458/08, interposta pela Comissão Europeia relativa ao alegado incumprimento do art. 49º (livre prestação de serviços) do Tratado CE pela legislação que regula o exercício da actividade de construção. 	GJ							X	
Acompanhamento de inspecções efectuadas ao InCI, IP por entidades externas, no papel de elo de ligação entre o Instituto e os Inspectores										
<ul style="list-style-type: none"> Apoio jurídico a 7 acções inspectivas; Esclarecimento de dúvidas sobre as opções e acções desencadeadas, bem como todo o funcionamento do Instituto; Elaboração da resposta escrita, em exercício do direito do contraditório, na sequência da notificação do projecto de Relatório. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação e colaboração na implementação das recomendações efectuadas pelas entidades inspectivas. 	GJ							X	

Actividades realizadas em 2008 mas não previstas no Plano	Resultados alcançados em 2008	U.O.	Objectivos								
			1	2	3	4	5	6	7	8	
Apreciação de projectos de diplomas de iniciativa externa											
<ul style="list-style-type: none"> Estudo e análise de diversos projectos de diplomas de iniciativa de outros ministérios, com impacto no sector da construção e do imobiliário, incluindo a apreciação sucessiva de diversas versões, elaboração de textos e formulação de sugestões de alteração; Participação em reuniões de trabalho na Presidência do Conselho de Ministros (PCM). 	<ul style="list-style-type: none"> Regime de Segurança contra Incêndios, abrangendo novas formulações de comentários, em diversas ocasiões (a final, arts. 16º e 23º), e reuniões de trabalho na PCM; Lei do contrato de seguro (Reg. DL 775/2007); Alteração do regulamento de Acústica em Edifícios (Reg. DL 35/2008); Projecto de revisão do Código de Registo Predial; Projecto de alteração do DL 67/2003, de 08.04, relativa a aspectos de garantia de conformidade de bens de consumo, envolvendo a integração com os objectivos da regulação de condomínios, a apreciação sucessiva de diversas versões e a participação em reunião de trabalho na PCM; Projecto de diploma (PI 92/2008) visando a transposição da Directiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento de qualificações profissionais, envolvendo a análise e formulação de comentários, a apreciação da resposta produzida pela DGERT do MTSS, e, a final, a elaboração do texto de alteração das normas a propor; Participação na apreciação do projecto de alteração da portaria 1110/2001, relativa aos procedimentos previstos no RJUE e formulação de sugestões de alteração. 	GJ	X					X			
Ligações electrónicas a entidades externas											
<ul style="list-style-type: none"> Adaptação ao novo sistema da Caixa Geral de Aposentações (CGA) para entrega das relações contributivas via Internet; Participação no projecto de criação do Sistema de Suporte à Decisão - Portal SAS da Secretaria-Geral do MOPTC. 	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade na execução da tarefa e melhoria da qualidade da informação prestada (sistema com validação que permite a imediata correcção de erros). 	DAFRH		X	X						

Acções não realizadas embora previstas no Plano de Actividades para 2008	Justificação	U.O.	Objectivos							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Elaborar projectos de legislação do sector										
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de regular a actividade de avaliador de imóveis, tendo em vista a eventual parametrização de requisitos para o exercício da mesma e de regras a observar na avaliação dos imóveis; Elaborar as portarias regulamentares do novo regime jurídico da actividade de promoção imobiliária; Elaborar as portarias regulamentares do novo regime jurídico da actividade de administração de condomínios 	<ul style="list-style-type: none"> A acção relativa à actividade dos avaliadores de imóveis ficou prejudicada face a outras prioridades superiormente determinadas; A elaboração dos projectos de portarias regulamentares dos regimes aplicáveis às actividades de promoção imobiliária e de administração de condomínios pressupunha a prévia aprovação pelo Governo dos regimes em causa, cujos projectos (última versão) foram apresentados pelo INCI, I.P. à tutela em meados de 2007. <p>Não tendo os mesmos sido aprovados nem conhecendo o INCI, I.P. qual o estado do respectivo processo legislativo, não foram desenvolvidos os projectos de portarias.</p>	GJ	x						x	
Promover a resolução extrajudicial dos conflitos do sector										
<ul style="list-style-type: none"> Instalar e implementar o Centro de Arbitragem e Mediação de Actividades Imobiliárias Acompanhamento e apoio à actividade do Centro de Arbitragem e Mediação de Actividades Imobiliárias Fomentar a introdução de cláusulas compromissórias nos contratos celebrados entre os agentes económicos do sector e os seus clientes 	<p>Com vista à promoção de resolução extrajudicial dos conflitos provenientes do sector da construção e do imobiliário foi definida como medida GOP a criação do Centro de Mediação e Arbitragem do Sector da Construção e do Imobiliário (adiante designado Centro).</p> <p>No sentido de promover a gestão do Centro e a divulgação dos meios de resolução extrajudicial de conflitos no sector foi inicialmente designado um conjunto de entidades, públicas e privadas, ligadas ao sector da construção e do imobiliário, na qualidade de associados fundadores da "Associação para a Promoção da Mediação e Arbitragem nas Actividades da Construção e do Imobiliário" a criar.</p> <p>No entanto, face às diferenças de entendimento inultrapassáveis verificadas sobre os modelos de financiamento e desenvolvimento do Centro, foi redefinido o conjunto de associados, estando actualmente, perfilados, como fundadores, a Fundação Bissaya Barreto, a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Arquitectos, a Associação dos Industriais de Construção de Edifícios, a Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia e a Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção.</p> <p>Não se verificaram ainda resultados decorrentes desta actividade porquanto ainda não foi possível a constituição do Centro Mediação e Arbitragem do Sector da Construção e do Imobiliário, devido aos procedimentos jurídicos inerentes à sua formalização.</p>	DCIE	x						x	

C. Meios Disponíveis

Recursos Humanos

Aquando da elaboração do QUAR, em Fevereiro de 2008, foi previsto, para o final do ano de 2008, um total de 134 colaboradores.

Apesar das várias movimentações de pessoal, verificou-se, no final do ano, apenas a diminuição de 1 colaborador no total dos meios disponíveis do InCI, I.P. a nível de Recursos Humanos.

Recursos Humanos	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	3	2	-1
Dirigentes - Direcção intermédia	8	8	0
Técnico Superior	54	78	24
Coordenador Técnico	6	0	-6
Assistente Técnico	60	39	-21
Encarregado geral operacional	0	0	0
Encarregado operacional	0	0	0
Assistente Operacional	3	6	3
TOTAL	134	133	-1

À data da elaboração do QUAR, ainda não estava definido, por completo, o processo de integração dos funcionários oriundos do ex-CSOPT no quadro de pessoal do InCI, I.P., tendo apenas sido considerada a inclusão de 3 Conselheiros com a categoria profissional de Técnico Superior.

No entanto, aquando do reporte da informação ao GPERI, no âmbito da monitorização do QUAR, referente ao 3.º trimestre, foram incluídos os restantes 6 colaboradores oriundos do ex-CSOPT (3 Assistentes Técnicos e 3 Assistentes Operacionais), bem como registada a entrada de 2 Técnicos Superiores, por cessação de comissão de serviço externo. Estas entradas foram colmatadas com a saída de 2 Técnicos Superiores e 6 Assistentes Técnicos.

Por outro lado, foi, por lapso, indicada a existência de 6 Coordenadores Técnicos que na realidade possuíam a categoria profissional de Assistente Técnico.

Em acréscimo, verificaram-se, durante o ano de 2008, as seguintes, oscilações a nível de pessoal:

- Exoneração, a pedido, de um dos membros do Conselho Directivo;
- Reclassificação de 24 Assistentes Técnicos.

A referida reclassificação de 24 Assistentes Técnicos teve por base a adequação das competências pessoais e profissionais dos colaboradores às funções desempenhadas, em linha com a aposta prosseguida pelo Instituto na valorização do capital humano, assente nas premissas da Gestão por Competências.



Recursos Financeiros

Embora tivesse sido previsto um orçamento de financiamento, através de receitas próprias, no valor de €11.500.000, verificou-se apenas a realização de despesa no valor de € 9.834.787.

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	11.500,00	9.840,93	-1.659,07

Este desvio de cerca de 14,4% tem, essencialmente, por base a não concretização de alguns dos projectos previstos, nomeadamente a criação do Centro de Mediação e Arbitragem.

III. Análise sintética do Balanço Social

Em termos globais o número de efectivos em 31 de Dezembro de 2008, pessoal a exercer funções no InCI, I.P., sofreu um decréscimo de 5 trabalhadores relativamente a 2007.

	2008	2007
Técnicos Superiores	45*	42**
Inspectores Superiores	16	13
Técnicos	25	9
Assistentes	39	66
Apoio Geral	6	3
Total (***)	131	136

(*) Dos quais 2 detêm a categoria de Conselheiros

(**) Dos quais 4 detêm a categoria de Conselheiros

(***) Não estão contabilizados os membros do Conselho Directivo

Dos 12 elementos que em 2007 o InCI, I.P. acolheu, na sequência da extinção do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOPT), encontravam-se, em 31/12/2008, a exercer funções no Instituto, 8 elementos (2 Conselheiros, 1 Técnico profissional, 2 Assistentes Administrativos Principais, 2 Auxiliares Administrativos e 1 Operador de reprografia), dado terem saído do Instituto 3 Conselheiros por aposentação, um deles ainda durante o ano de 2007, e 1 Chefe de Secção por cedência especial a outro organismo do MOPTC também no ano de 2007.

Os Conselheiros integraram o quadro de pessoal em regime de requisição, dado pertencerem ao quadro transitório do pessoal afecto ao Conselho Consultivo de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (CCOPTC), enquanto o restante pessoal foi reafectado ao InCI, I.P..

Para além da saída, em 2008, dos 2 Conselheiros, foram aposentados, no mesmo ano, mais 5 trabalhadores, dos quais 4 por aposentação antecipada.

Durante o ano de 2008 regressaram ao InCI, I.P. 2 trabalhadores por terem terminado as respectivas comissões de serviço, e ocorreu 1 transferência e 1 cedência ocasional para outros organismos da Administração Pública.

Por fim, tal como referido anteriormente, durante o ano de 2008, com base na adequação das competências pessoais e profissionais dos colaboradores às funções desempenhadas, ocorreram 24 reclassificações. Isto é, dos 23 Assistentes reclassificados 18 obtiveram a categoria profissional de Técnico e 5 de Técnico Superior, tendo ainda 1 Técnico sido reclassificado para Técnico Superior.

O quadro seguinte espelha os movimentos de pessoal verificados ao longo do ano de 2008, que resultaram no decréscimo de cerca de 3,7% no total de efectivos, face a 2007.

Movimentos de Pessoal						
Efectivos em 31 de Dezembro de 2007						136
Entradas						
Motivo	Categoria Profissional				Total Mov	Total Efectivos
	Técnico Superior	Inspector Superior	Técnico	Assistente		
Comissão de Serviço	1				1	137
Fim Com. de Serviço	1	1			2	139
Fim Requisição				1	1	140
Reclassificação	6	2	18		26	166
Total de Entradas	8	3	18	1	30	
Saídas						
Motivo	Categoria Profissional				Total Mov	Total Efectivos
	Técnico Superior	Inspector Superior	Técnico	Assistente		
Aposentação	2*		1	4	7	159
Transferência				1	1	158
Cedência Ocasional	1				1	157
Reclassificação	2		1	23	26	131
Total de Saídas	5		2	28	35	
Efectivos em 31 de Dezembro de 2008						131

*2 Conselheiros

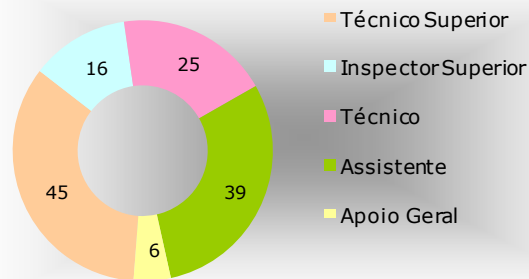
Em 2008 o InCI, I.P. continuou a contar com a colaboração de trabalhadores de outros serviços da Administração Pública, tendo igualmente disponibilizado quadros seus para outros organismos.

9 Colaboradores externos a exercer funções no InCI, I.P.			
2	Técnico Superior	2 Conselheiros ex-CSOPT	Requisição
3	Inspector Superior	2 Núcleo Inspecção RAM 1 Departamento Inspecção	Cedência especial Requisição
3	Assistente	Loja do Cidadão	Requisição
1	Apoio Geral	Telefonista	Requisição
4 Colaboradores a exercer funções noutros organismos			
3	Técnico Superior	1 Vice-Presidente IRN, I.P. 1 IPTM, I.P. 1 IAPMEI	Comissão de serviço Cedência ocasional Cedência ocasional
1	Assistente	1 IPTM, I.P.	Cedência especial

(*) contabilizados no quadro de efectivos

Categoria Profissional

No que concerne à composição do quadro de colaboradores do InCI, IP, verifica-se que houve uma alteração, passando a carreira de Técnico Superior a ser a de maior peso em 2008, representando cerca de 34% do total de efectivos.

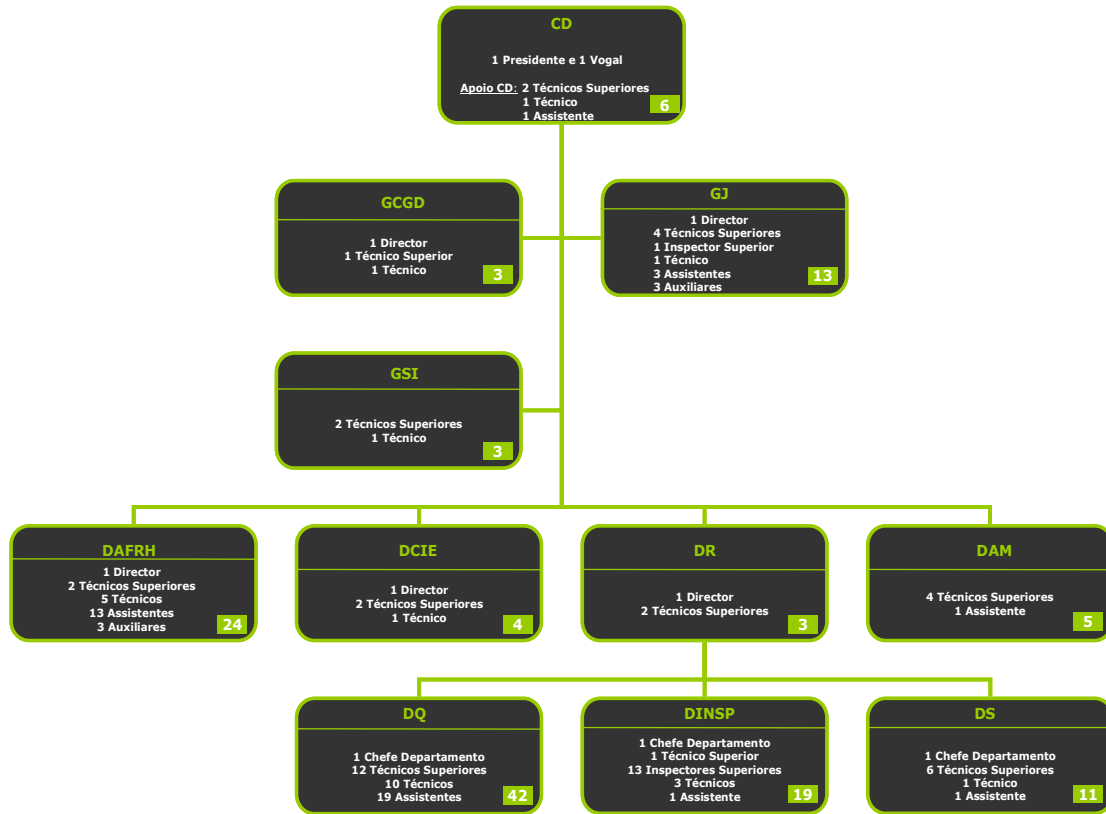


A abordagem efectuada junto dos Assistentes, em sede de adequação das suas categorias profissionais às funções efectivamente exercidas, determinou um aumento do Índice de Tecnicidade, que passou de 47% para 66%.

Unidades Orgânicas

Na distribuição do pessoal por unidade orgânica verifica-se que as unidades que detêm as funções nucleares do Instituto englobam a grande maioria dos efectivos, cerca de 63% do quadro de pessoal. Destas, destaca-se o Departamento de Qualificação que conta com 42 colaboradores, cerca de 32% do total dos efectivos, dado ter como principal função toda a instrução e análise técnica subjacentes à atribuição de títulos habilitantes, bem como à verificação das condições de permanência e avaliação do desempenho das empresas enquadradas nas actividades reguladas pelo InCI, I.P.. De referir que, 28,5% dos efectivos do Departamento de Qualificação (12 colaboradores) estão afectos aos Postos de Atendimento localizados nas Lojas de Cidadão de Aveiro, Braga e Viseu.

Os 8 elementos, afectos à função de conciliação, oriundos do extinto CSOPT estão inseridos, em termos de estrutura orgânica, no Gabinete Jurídico.



CD – Conselho Directivo

Apoio Estratégico:

- GCGD – Gabinete de Controlo de Gestão e Desempenho
- GJ – Gabinete Jurídico
- GSI – Gabinete de Sistemas de Informação

Funções de Suporte:

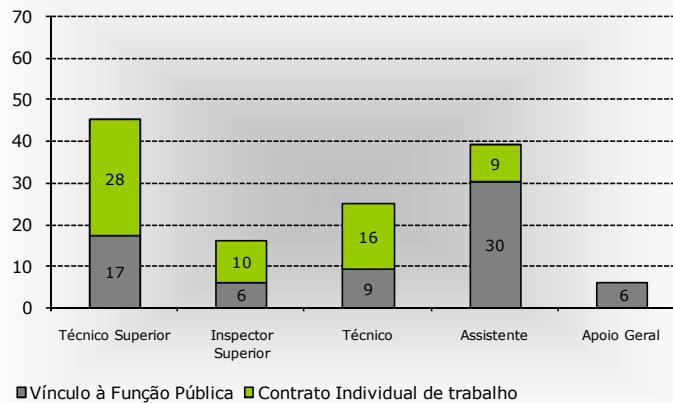
- DAFRH – Direcção Administrativa Financeira e de Recursos Humanos;

Funções Nucleares

- DCIE – Direcção de Coordenação e Iniciativas Estratégicas
- DAM – Direcção de Análise de Mercados
- DR – Direcção de Regulação
- DQ – Departamento de Qualificação
- DINSP – Departamento de Inspecção
- DS – Departamento de Sancionamento

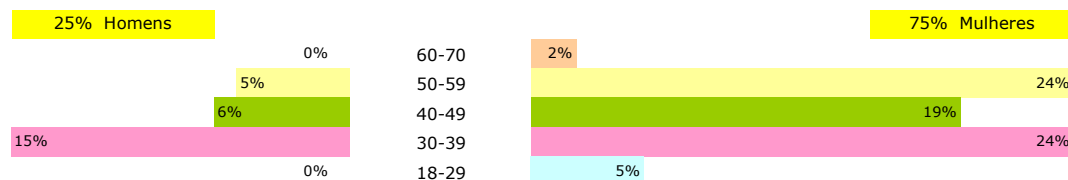
Regimes de Pessoal

Dos 131 colaboradores ao serviço do InCI, I.P., 68 têm vínculo à Função Pública e 63 celebraram Contrato Individual de Trabalho.



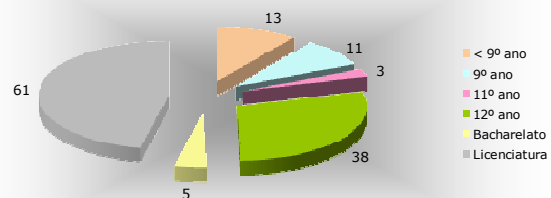
Estrutura Etária e Sexo

Cerca de 75% dos 131 colaboradores do InCI, I.P. é do sexo feminino e a estrutura etária do quadro de pessoal é relativamente jovem, dado que cerca de 44% dos trabalhadores possuem menos de 40 anos e mais de metade (69%) apresenta idades inferiores a 50 anos.



Habilitações Literárias

A análise das habilitações literárias dos elementos que compõem o quadro de pessoal do Instituto permite aferir que cerca de 47% dos colaboradores possui formação superior e cerca de 33% possui o ensino secundário completo.



Em 2008 foi feito um esforço por parte dos trabalhadores com menores habilitações literárias no sentido de aumentarem as suas qualificações, integrando a Iniciativa Novas Oportunidades e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Formação Profissional

Em 2008 foram realizadas 13 acções de formação profissional que abrangeram 49 trabalhadores.

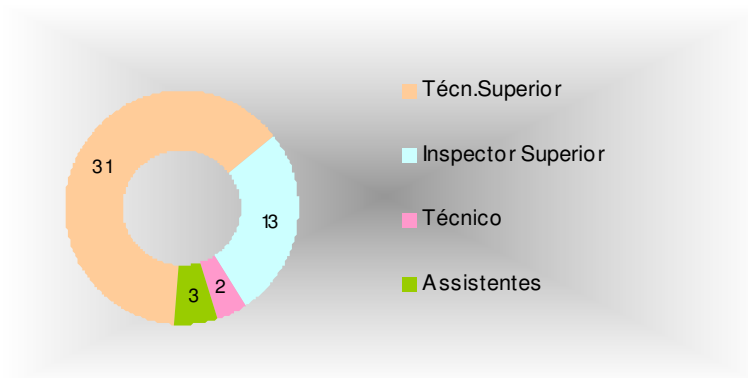
Acções de Formação Profissional											
	Horas de Formação	Efectivos abrangidos	Menos de 30h		De 30h a 59h		De 60h a 119h		120h ou mais		Total
			Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	
2008	920,5	49	3	9	0	0	0	1	0	0	13
2007	3365	86	7	15	1	15	0	1	0	0	39

As acções de formação realizadas em 2008 centraram-se nas áreas do SIADAP, LVCR, Contratação Pública e Contra-ordenações, sendo que, cerca de 80% decorreram fora do Instituto.

No ano de 2008 foi feito um esforço na formação de dirigentes dada a publicação de diversa legislação fundamental para a gestão do instituto e dos seus trabalhadores.

As acções realizadas em 2008 atingiram um custo global de €18.105 e abrangeram 49 trabalhadores, de entre as várias categorias profissionais do Instituto.

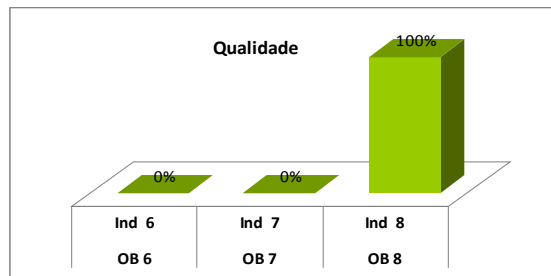
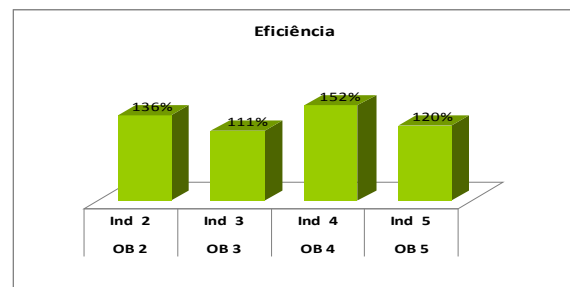
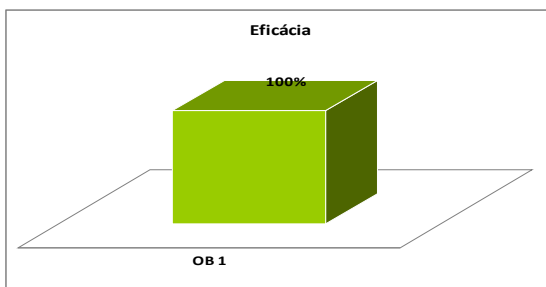
Participação em Acções de Formação em 2008



IV. Avaliação Final

A. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A análise dos objectivos operacionais do QUAR constante no capítulo referente à Auto-Avaliação permite apurar os seguintes resultados nos diferentes objectivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade:



Aplicando as ponderações previstas no QUAR 2008 para os diferentes tipos de objectivos verificam-se os seguintes resultados:

Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação 13%	Ponderação 58%	Ponderação 29%
13,00%	75,43%	15,74%

Estes resultados, por sua vez permitem apurar uma avaliação final de 104,2%, valor que corresponde a um resultado satisfatório, porquanto dos 8 objectivos operacionais definidos 5 foram superados, 1 atingido e apenas 2 não foram concretizados.

Avaliação final do serviço		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
	104,2%	



B. Menção do Presidente do Conselho Directivo do InCI, I.P.

Num ano de consolidação do InCI, I.P. como regulador e mobilizador dos sectores da construção e do imobiliário, face às novas competências atribuídas e consequente reorganização interna, com algumas vicissitudes de permeio, considera-se a actividade desenvolvida satisfatória.

Destaca-se o desenvolvimento e implementação da primeira fase do Portal Único dos Contratos Públicos (PUCP), que veio dar cumprimento imediato ao Código dos Contratos Públicos (CCP) no que respeita à publicitação dos ajustes directos e demais obrigações previstas no referido código. Pretende-se, em 2009, dar seguimento aos trabalhos de desenvolvimento e aperfeiçoamento do portal tornando-o num instrumento eficiente na desmaterialização e divulgação de todas as temáticas que envolvem a contratação pública.

O plano de melhoria a implementar em 2009 prevê ainda a concretização da informatização global dos serviços, incluindo a partilha de informação através de ligações electrónicas a outras entidades, que possibilitará uma maior desburocratização e simplificação de procedimentos e ganhos de eficiência ao nível de prazos.

Em paralelo, manter-se-á a aposta numa relação privilegiada do Instituto com os agentes do sector e outros organismos do Estado.

Por fim, o InCI, I.P. propõe-se continuar o trabalho desenvolvido em 2008, nomeadamente ao nível da promoção de uma cultura organizacional coesa assente na valorização das competências pessoais e profissionais dos colaboradores. Nesse sentido, foi já iniciado um processo de levantamento de directrizes que definam o comportamento profissional e ético dos colaboradores do Instituto, a formalizar em 2009, com a publicação do Código de Conduta e Ética do InCI, I.P., que se pretende que valorize a excelência, a legalidade, o rigor, a equidade, a responsabilidade e o cumprimento da missão do serviço público, tanto ao nível dos relacionamentos internos como externos.

V. Anexo I – QUAR 2008

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2008									
Ministério: MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações									
Entidade: InCI, I.P. - Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.									
Missão: O InCI, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a actuação coordenada do Estado no sector.									
Legislação: Decreto-Lei n.º 144/2007 de 27 de Abril - Lei Orgânica do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.) Portaria n.º 542/2007 de 30 de Abril - Estatutos do InCI, IP Decreto-Lei n.º 12/2004 de 9 de Janeiro - Regime Jurídico de Ingresso e Permanência na actividade da Construção Decreto-Lei n.º 211/2004 de 20 de Agosto - Regime Jurídico de Acesso e Permanência nas actividades de Mediação Imobiliária e de Angariação Imobiliária									
Objectivos estratégicos (OE):									
OE 1 Operacionalizar o novo posicionamento estratégico, alargando as actividades de ordenamento e regulação aos vários agentes da fileira da Construção e do Imobiliário e facilitando e dinamizando as iniciativas estratégicas que permitirão assegurar a competitividade e sustentabilidade do sector;									
OE 2 Construir uma sólida base de conhecimento e de informação do sector da Construção e do Imobiliário que possa ser a base da definição e avaliação de políticas sectoriais e de estratégias de negócio;									
OE 3 Alinhar a organização e processos internos com os requisitos do novo posicionamento estratégico e com desígnios de eficácia e de eficiência;									
OE 4 Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, minimizando a dependência do Orçamento de Estado e libertando os meios de financeiros indispensáveis para cobrir os custos de funcionamento e financiar investimentos relacionados com a melhoria da eficácia no cumprimento da sua actividade;									
OE 5 Concretizar melhorias no serviço ao cliente e promover o desenvolvimento do sector.									
Objectivos Operacionais Anuais	Meta 2007	Meta 2008	Concretização			Desvios			
			Resultado	Classificação					
				Superou	Atingiu		Não atingiu		
EFICÁCIA			100%			0%			
OB 1	Ponderação de 100%								
Contribuir para o conhecimento dos sectores da construção e do imobiliário	Ind 1	N.º de relatórios publicados sobre os sectores da construção e do imobiliário	0	1	1	X	0%		
	Peso	100%				100%			
EFICIÊNCIA			130%			30%			
OB 2	Ponderação de 29%								
Aumentar a taxa de cobertura de custos por proveitos próprios	Ind 2	$\frac{\text{Proveitos operacionais}}{\text{Custos operacionais}} \times 100$	104%	107%	145%	X	36%		
	Peso	100%				136%			
OB 3	Ponderação de 19%								
Reduzir o custo operacional por acto regulatório	Ind 3	$\frac{\text{Custos Operacionais}}{\text{N.º de Actos Regulatórios (*)}}$ (* Actos Regulatórios = Novos Alvarás + Alvarás reclassificados + Novas Licenças de Mediação + Novas Inscrições de Angariador	2.205 C	2.000 C	1.778 C	X	11%		
	Peso	100%				111%			
OB 4	Ponderação de 23%								
Aumentar a produtividade	Ind 4	$\frac{\text{N.º de Actos Regulatórios}}{\text{N.º de Colaboradores}}$	38	45	68	X	52%		
	Peso	100%				152%			
OB 5	Ponderação de 29%								
Reduzir os prazos de emissão de actos regulatórios	Ind 5	$\frac{\text{Somatório (Prazo médio de cada tipo acto regulatório} \times \text{n.º actos regulatórios por tipo)}}{\text{Somatório Actos regulatórios}}$		90 dias corridos	72	X	20%		
	Peso	100%				120%			
QUALIDADE			54%			-46%			
OB 6	Ponderação de 31%								
Melhorar a imagem do regulador junto dos clientes e promover a capacidade de mudança	Ind 6	Avaliação qualitativa com base em inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas dos sectores da construção e do imobiliário		3 [escala 0 a 5]		X	-100%		
	Peso	100%				0%			
OB 7	Ponderação de 31%								
Promover a cultura organizacional no InCI, I.P.	Ind 7	Avaliação qualitativa com base em inquérito de Clima e Cultura Organizacional junto dos colaboradores do InCI, I.P.		3 [escala 0 a 5]		X	-100%		
	Peso	100%				0%			
OB 8	Ponderação de 38%								
Garantir a qualidade da actividade fiscalizadora	Ind 8	$\frac{\text{DC não cont.} + \text{DC cont.}^{(*)}}{\text{N.º total de DC}}$ DC = Decisões condenatórias (* DC contestadas mas não vencidas em tribunal cont. = contestadas		70%	100%	X	43%		
	Peso	100%				143%			

Meios disponíveis

Recursos Humanos	Pontuação	Efectivos	Planeados (pontos)*	Executados (pontos)**	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	2	12.600	11.900	700
Dirigentes - Direcção Intermediária	16	8	26.880	26.480	400
Técnico Superior	12	78	136.080	153.960	-17880
Coordenador Técnico	9	0	11.340	0	11340
Assistente Técnico	8	39	100.800	76.832	23968
Encarregado geral operacional	7	0	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0	0
Assistente Operacional	5	6	3.150	6.180	-3030
TOTAL		133	290.850	275.352	15498

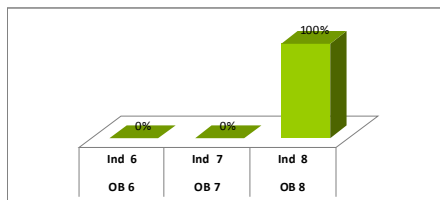
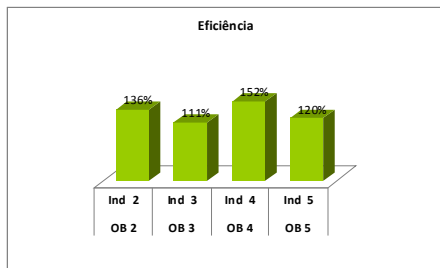
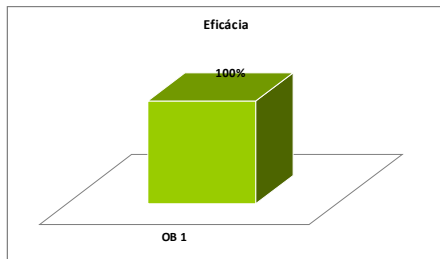
* Pontuação resultante do número médio de dias de trabalho planeado

** Pontuação resultante do número efectivo de dias de trabalho executado

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	11.500,00	9.840,94	-1.659,06
PIDDAC	-	-	-

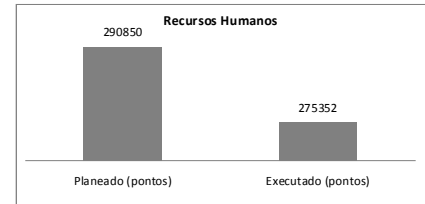
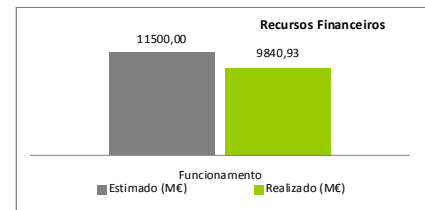
Parâmetros	Eficácia	Eficiência	Qualidade
	Ponderação 13%	Ponderação 58%	Ponderação 29%
	13,00%	75,43%	15,74%

Gráficos dos Objectivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade a realizar com o apuramento dos resultados



Avaliação final do serviço		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
104,2%		

Recursos Financeiros e Humanos



Listagem das Fontes de verificação*

Objectivos Anuais	
Objectivo 1	Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal - 2007
Objectivo 2	ORACLE
Objectivo 3	ORACLE / INFORMIX / SQL
Objectivo 4	ORACLE / INFORMIX / SQL
Objectivo 5	ORACLE / INFORMIX / SQL
Objectivo 6	Relatório de Inquérito aos Agentes do Sector
Objectivo 7	Relatório de Inquérito aos Colaboradores InCI
Objectivo 8	Microsoft Office - Excel

VI. Anexo II – BALANÇO SOCIAL 2008

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

Ano: 2008

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ORGANISMO

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Serviço / Organismo: InCI - Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Contacto: Isabel Maria Valente Frango Neto

Tel: 217946832

Email: isabel.neto@inci.pt

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

Em 1 de Janeiro

138

Em 31 de Dezembro

133

Responsável pela informação

Nome Maria Isabel Rodrigues Almeida Oliveira Fragoso

Data 12 de Março de 2009

QUADRO 1.1 a 1.1.5

Contagem dos efectivos por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Recursos Humanos	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFSSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)								b)					c)						d)		e)	f)
Total de efectivos	H	2	6	5	2	10	0	0	8	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	M	8	28	18	1	23	0	9	8	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98
	T	10	34	23	3	33	0	9	16	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	133
Nomeação	H	3	1	1		5				2														11
	M	3	6	6	1	15		5	3	3														42
	T	3	9	7	1	20	0	5	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53
Contrato administrativo de provimento	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	H	2	2	4		4			5															17
	M	5	21	12		5			5															48
	T	7	23	16	0	9	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requisição / Destacamento / Afectação específica / Cedência especial	H		1		2	1			3															7
	M		1			3		4																8
	T	0	2	0	2	4	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Outros	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO 1.2 a 1.3

Contagem dos efectivos por escalão etário segundo o sexo

Estrutura etária (em 31 de Dezembro)	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Até 18 anos			0
18 - 24			0
25 - 29		7	7
30 - 34	15	21	36
35 - 39	4	11	15
40 - 44	3	10	13
45 - 49	5	15	20
50 - 54	6	18	24
55 - 59	2	13	15
60 - 64		3	3
65 - 69			0
70 e mais			0
TOTAL	35	98	133

Idade média = $\frac{5692}{133}$ 43

QUADRO 1.4 a 1.5

Contagem dos efectivos por nível de antiguidade segundo o sexo

Estrutura antiguidades (em 31 de Dezembro)	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Até 5 anos			0
5 - 9	21	51	72
10 - 14	2	7	9
15 - 19	3	7	10
20 - 24	3	8	11
25 - 29	2	11	13
30 - 35	2	9	11
Mais de 36 anos	2	5	7
TOTAL	35	98	133

Nível médio antiguidade = $\frac{1964}{133}$ 15

QUADRO 1.6

Contagem dos trabalhadores estrangeiros por naturalidade segundo o sexo

Trabalhadores estrangeiros	HOMENS	MULHERES	TOTAL
De países da União Europeia			0
Dos PALOP			0
Do Brasil			0
De outros países			0
TOTAL	0	0	0

QUADRO 1.7

Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência segundo o sexo

Trabalhadores com deficiência (em 31 de Dezembro)	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	2	0	2

QUADRO 1.8

Contagem dos efectivos por nível de escolaridade segundo o sexo

Estrutura habilitacional (em 31 de Dezembro)	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade			0
4 anos de escolaridade		7	7
6 anos de escolaridade		6	6
9 anos de escolaridade	4	7	11
11 anos de escolaridade		3	3
12 anos de escolaridade	11	27	38
Bacharelato ou curso superior	2	3	5
Licenciatura	18	45	63
Mestrado			0
Doutoramento			0
TOTAL	35	98	133

QUADRO 1.9

Contagem dos efectivos admitidos e regressados durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Admissões	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA	PESSOAL DA JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)								b)					c)						d)	e)	f)	
Total de efectivos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	T	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Nomeação	H																							0
	M	1				1			1	1														4
	T	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Contrato administrativo de provimento	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requisição / Destacamento / Afectação específica / Cedência especial	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO 1.10

Contagem dos efectivos saídos durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Saídas definitivas ou com hipótese de regresso (durante o ano)	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL	
		a)								b)					c)							d)	e)	f)	
TOTAL	H	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	M	1	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
	T	1	3	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Do quadro	H			1																					1
	M					5																			5
	T	0	0	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
De fora do quadro	H		2																						2
	M	1	1																						2
	T	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4

QUADRO 1.11

Contagem dos funcionários saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas dos funcionários (durante o ano)	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TEC DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL	
	a)							b)					c)							d)	e)	f)		
Falecimento																								0
Exoneração																								0
Aposentação		2	1		4																			7
Limite de idade																								0
Aposentação compulsiva																								0
Demissão	1																							1
Mútuo acordo																								0
Outros					1																			1
TOTAL	1	2	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9

QUADRO 1.12

Contagem dos agentes saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas dos agentes (durante o ano)	DIRIGENTE a)	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO b)	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA c)	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS d)	FORÇAS DE SEGURANÇA e)	OUTRO PESSOAL f)	TOTAL		
Falecimento																								0	
Exoneração																									0
Aposentação																									0
Limite de idade																									0
Aposentação compulsiva																									0
Demissão																									0
Mútuo acordo																									0
Outros																									0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

QUADRO 1.13

Contagem do pessoal em contrato a termo resolutivo saído durante o ano, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas do pessoal em contrato de trabalho a termo resolutivo (durante o ano)	Número de saídas
Caducidade	
Mútuo acordo	
Denúncia de qualquer das partes	
Rescisão pelo contratado	
TOTAL	0

QUADRO 1.14

Contagem das vagas orçamentadas e não ocupadas durante o ano por categoria e ingresso, segundo a dificuldade de provimento

Postos de trabalho não ocupados por dificuldade de provimento	Não abertura de concurso	Impugnação do concurso	Vagas não descongeladas	Concurso improcedente	Concurso em desenvolvimento
Categorias					

QUADRO 1.15 e 1.16

Contagem das mudanças de situação dos efectivos no serviço durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo e o sexo

Mudanças de situação	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFSSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)								b)					c)						d)	e)	f)	
Total de efectivos	H	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	M	0	6	15	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
	T	0	6	18	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Promoções	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promoções por mérito excepcional	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Progressões por mérito excepcional	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reconversões e Reclassificações	H			3					1															4
	M		6	15					1															22
	T	0	6	18	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26

QUADRO 1.17 Contagem dos efectivos por grupo de pessoal e modalidade de horário

Modalidade de horário	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
	a)							b)					c)							d)	e)	f)	
Horário rígido		22	19	2	19		5	15	1														83
Horário flexível																							0
Horário desfasado				1	8																		9
Jornada contínua		1					3																4
Trabalho por turnos																							0
Trabalhador-estudante																							0
Assistência a descendentes menores																							0
Tempo parcial																							0
Semana de 4 dias																							0
Isonção de horário	10	11	4		6		1	1	4														37

QUADRO 1.18 Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e nocturno, e em dias de descanso e feriados, efectuadas pelos efectivos do serviço durante o ano, segundo o sexo

Modalidade de prestação de trabalho	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	395	2356	2751
Trabalho extraordinário compensado por dedução no período normal de trabalho			0
Trabalho extraordinário compensado por acréscimo do período de férias			0
Trabalho extraordinário nocturno	18	23	41
Trabalho em dias de descanso complementar	305	1449	1754
Trabalho em dias de descanso semanal	67	97	164
Trabalho em dias feriados		14	14
Tempo parcial			0
Semana de 4 dias			0
Isonção de horário			0

QUADRO 1.19

Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de ausência e sexo

Ausências ao trabalho	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFSSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)								b)					c)						d)	e)	f)	
Total	H	0	10,5	95	13	146	0	0	34,5	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	323
	M	26	577	522,5	2,5	1083,5	0	63	226	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2501,5
	T	26	587,5	617,5	15,5	1229,5	0	63	260,5	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2824,5
Casamento	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maternidade / Paternidade	H								5															5
	M		299	72					60															431
	T	0	299	72	0	0	0	0	65	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	436
Nascimento	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento de familiar	H		2			8																		10
	M	2	10	4	1	6		3	1															27
	T	2	12	4	1	14	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
Doença	H		7	62	10	78			28	24														209
	M	17	80	323	958			16	154															1548
	T	17	87	385	10	1036	0	16	182	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1757
Doença prolongada	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistência a familiares	H			13	2																			15
	M	5	52	22		9		44	6															138
	T	5	52	35	2	9	0	44	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	153
Trabalhador-estudante	H			16		47																		63
	M		22,5	95		77																		194,5
	T	0	22,5	111	0	124	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	257,5
Por conta do período de férias	H		0,5	2	1	1																		4,5
	M	1	7	4,5	1	31,5			5	1														51
	T	1	7,5	6,5	2	32,5	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55,5
Com perda de vencimento	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Injustificadas	H																							0
	M			0,5		2																		2,5
	T	0	0	0,5	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,5
Outras	H		1	2		12			1,5															16,5
	M	1	106,5	1,5	0,5																			109,5
	T	1	107,5	3,5	0,5	12	0	0	1,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126

QUADRO 1.20

Contagem das horas não trabalhadas durante o ano, por actividade sindical ou greve, segundo o grupo de pessoal e sexo

Horas não trabalhadas (motivo)	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA	PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS	FORÇAS DE SEGURANÇA	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)								b)					c)						d)	e)	f)	
Actividade sindical	H																							0
	M																							0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	H																							0
	M	7																						7
	T	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7

QUADRO 2

Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base	3.183.253,00
Trabalho extraordinário	43.030,00
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriado	37.363,00
Disponibilidade permanente	229.231,67
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	103.603,33
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	3.665,00
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	29.457,00
Transferências de localidade	
Representação	43.979,00
Secretariado	
Outros	40.609,45
TOTAL	3.714.191,45

Leque salarial líquido = $\frac{4204,18}{457,05}$ 9,20

QUADROS 3.1.1 a 3.1.3 Contagem do total de acidentes em serviço registados durante o ano

Acidentes em serviço	No local de trabalho				In itinere			
	Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais	Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais
Número total de acidentes	0				0			
Número de acidentes com baixa	1	1			0			
Número de dias perdidos com baixa	10	10			0			

QUADROS 3.1.4 a 3.1.9 Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos efectivos do serviço vítimas de acidente em serviço

Casos de incapacidade	Número de casos
Número de casos de incapacidade permanente:	
* incapacidade permanente absoluta	
* incapacidade permanente parcial	
* incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	
Número de casos de incapacidade temporária e absoluta	1
Número de casos de incapacidade temporária e parcial	

QUADRO 3.2 Contagem das situações de doença profissional registadas durante o ano

Doenças profissionais	Número de casos	Número de dias de ausência

QUADRO 3.3 Contagem das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total de exames médicos efectuados		41
Exames de admissão		1
Exames periódicos		38
Exames ocasionais e complementares		2
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina do trabalho		8.957,16
Número de visitas aos postos de trabalho		

QUADRO 3.4 Contagem das intervenções das comissões de higiene e segurança ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança, higiene e saúde no trabalho intervenções das comissões	Número
Reuniões anuais de higiene e segurança	
Visitas aos locais de trabalho	2
Avaliação das condições de trabalho	2

QUADRO 3.5 Contagem dos efectivos reclassificados ou recolocados durante o ano em resultado de acidentes em serviço ou doença incapacitante

Segurança, higiene e saúde no trabalho reclassificação e reconversão	Nº de pessoas
Reclassificadas (reclassificação profissional)	
Recolocadas (reconversão profissional)	

QUADRO 3.6 Contagem relativa a acções de formação e de sensibilização em matéria de segurança realizadas durante o ano no serviço

Segurança, higiene e saúde no trabalho acções de formação	Nº de pessoas
Acções de formação e de sensibilização realizadas	
Pessoas abrangidas pelas acções realizadas	

QUADRO 3.7 Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança, higiene e saúde no trabalho custos	Valor (Euros)
TOTAL	1.828,20
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	
Equipamento de protecção	
Formação em prevenção de riscos	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	1.828,20

QUADRO 4.1 Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo de acção e segundo a duração

Formação profissional duração das acções	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Internas	3			
Externas	9		1	
TOTAL	12		1	

QUADRO 4.2 Contagem relativa às participações em acções de formação durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Níveis de qualificação	DIRIGENTE a)	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO b)	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA c)	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS d)	FORÇAS DE SEGURANÇA e)	OUTRO PESSOAL f)	TOTAL	
Número total de participantes	13	16	2	0	3	0	0	13	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
Nº de participantes em acções internas	8	8	2		2			12	1															33
Nº de participantes em acções externas	5	8			1			1	1															16

QUADRO 4.3 Contagem relativa às horas dispendidas em acções de formação durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Níveis de qualificação	DIRIGENTE a)	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	PESSOAL DE INSPEÇÃO b)	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	PESSOAL DE JUSTIÇA c)	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TEC SUPERIOR DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TECNICO DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	FORÇAS ARMADAS d)	FORÇAS DE SEGURANÇA e)	OUTRO PESSOAL f)	TOTAL	
Total horas em acções de formação	328,5	367,5	29	0	53	0	0	111	31,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	920,5
Horas dispendidas em acções internas	196	158	29		46			90	14															533
Horas dispendidas em acções externas participantes em	132,5	209,5			7			21	17,5															387,5

QUADRO 4.4 Despesas anuais com formação

Despesas com formação	Valor (Euros)
TOTAL	18.105,25
Despesas com acções internas	7.287,25
Despesas com acções externas	10.818,00

QUADRO 5.1 a 5.11 Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Abono de família	5.873,00
Subsídio de casamento	
Subsídio de nascimento	
Subsídio de aleitação	
Abono complementar a crianças e jovens deficientes	
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio de funeral	
Subsídio de refeição	167.398,00
Prestação de acção social complementar	
Subsídio de morte	
Outras prestações sociais	
TOTAL	173.271,00

QUADRO 5.12 Prestações de acção social complementar

Prestações sociais Outras modalidades de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos / casa do pessoal	
Refeitórios	
Infantários	
Colónias de férias	
Apoio a estudos	
Adiantamento e empréstimos	
Outras prestações de acção social complementar	
TOTAL	0

QUADRO 6.1 a 6.2 Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	8
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

QUADRO 6.3 Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Inactividade	
* Aposentação compulsiva	
* Demissão	

Lisboa, 14 de Abril de 2009

O Conselho Directivo,

H. Ponce de Leão (Presidente)

Filipe Silva (Vogal)